



A separação das famílias na *Shoah*: vínculos na memória e na identidade judaica*

Families' Detachment At The *Shoah*: Links At Jewish Memory And Identity

Sofia Débora Levy**

Resumo: A desumanização dos judeus imposta pela política de Estado nazifascista enfocou, em seus marcos, o desmembramento familiar. Com esta medida, advinda de um olhar coisificado sobre os judeus, a fragilidade de suas defesas individuais e coletivas foi atingida em cheio. Esse esfacelamento é aqui ilustrado nos relatos de sobreviventes que viveram as dolorosas separações impostas às famílias judias durante o Holocausto, em condições dilemáticas e traumatizantes. O vazio dessas perdas familiares é parte significativa da identidade e da memória coletiva do povo judeu na contemporaneidade, que busca aludir aos que pereceram dando-lhes um lugar em suas memórias e na retransmissão da história da *Shoah*.

Palavras-chave: Holocausto. Família. Separação.

Abstract: Jew's dehumanization imposed by the Nazi-fascist policy aimed, among its marks, the family detachment. With that measure, raised from a thing fullness look down on the Jews, the fragility of their individual and collective defenses was reached. That collapse is illustrated in the survivors' reports that lived the sorrowful separation imposed on the Jewish families during the Holocaust, under dilemmatic and traumatic conditions. The emptiness of those familiar losses is a significant part of the collective memory and identity of the contemporary Jewish people, which looks for to allude to those who perished by giving them a place in their memories and in the retransmission of *Shoah's* history.

Keywords: Holocaust. Family. Detachment.

Introdução

Os laços familiares são uma das marcas da espécie humana. Envolvendo valores, vínculos, hábitos afetos, conflitos, ela é a grande marca de referência da história de vida de uma pessoa. Como nos mostram diversas correntes em psicologia, a integridade psíquica dá-se com maior ou menor êxito em função, em grande parte, das condições de trato familiar desde tenra idade. Micro



célula da sociedade, a família marca a ordem social da organização do homem em sociedade. A família conduz indivíduos e sociedade a considerar, de modo específico, tratos éticos, morais e legais. Enfim, referências de humanidade são marcadas na família.

Mas quando se trata de uma sociedade na qual o eixo central se desloca da referência da família para o Estado e sua ideologia representativa, centralizada na figura de um líder ditador, a família deixa de ser a referência valorativa primordial. Atender aos interesses do Estado passa a ser a meta pela qual os indivíduos devem se pautar.

Além disso, uma política de Estado racista e eugênica discriminará os sujeitos passíveis de a integrarem ou não, conforme seus preceitos ideológicos e projetos sociais. No caso do nazifascismo, a ideologia do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães discriminou os não-arianos, os quais não poderiam habitar um mundo no qual a limpeza étnica garantiria uma vida bela e limpa para os arianos, os aceitos pelo regime nazifascista. Os indivíduos, grupos e povos que não se enquadrassem física, genética e culturalmente à ideologia nazis-fascista não deveriam fazer parte da sociedade e, em último grau, como se viu, deveriam morrer. Dentre esses grupos, o alvo principal da destrutividade apontou para os judeus, tidos como *Untermenschen*, ou seja, subumanos, sem direito de viver (ROZENBERG, 2004, p. 17).

Os judeus passaram a ser vistos, apontados e propalados como seres nocivos à sociedade, e por isso deveriam ser excluídos. Deixaram de ser aludidos como pessoas. Perderam sua cidadania não só na Alemanha, mas em todos os países sobre os quais o domínio da Alemanha passava a se expandir e impor sua política de Estado totalitarista. Sobre esse grupo, toda e qualquer noção de trato humano, humanista e humanitário deixou de existir - sob o risco de pena capital para aqueles não judeus que ousassem desobedecer à nova lei, por simplesmente considerar um judeu ou uma judia como pessoas, seres humanos que são, mas que, no entanto, foram coisificados pelo nazismo.

Foi assim que milhões de famílias judias foram progressivamente desmembradas e exterminadas durante o Holocausto - parte grande delas foi por completo. De outras tantas, restauram poucos sobreviventes. A resultante desse esfacelamento traduz-se hoje nas alusões aos que pereceram, conforme registros em livros, filmes, memoriais e museus. Os judeus mortos na *Shoah* têm suas referências como dados da memória e da identidade do povo judeu na contemporaneidade. Memória e identidade, individual e coletiva, se influenciam mutuamente, sendo a memória um fator importante do “sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” como nos diz o sociólogo Michael Pollak (1992, p. 204),



estudioso da identidade social em situações limites, para quem, a memória, individual e coletiva, compõe-se de acontecimentos vividos pessoalmente ou “por tabela” - aqueles vividos pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa sente-se pertencente, mas dos quais ela não necessariamente participou e que, ainda assim, têm lugar em seu imaginário pela sua vinculação de identidade e pertencimento.

Talvez por esse aspecto estruturante e coesivo da dinâmica memória-identidade, a tradição judaica seja marcada pelo lembrar, sendo essa ritualística uma manifestação e expressão da identidade judaica, presente nos ritos de passagem tais como: *brit-milá* (*brit* = pacto, *milá* = circuncisão): “Todo pai deve seguir o preceito bíblico de circuncidar seu filho no oitavo dia, tal como Deus ordenou a Abraão (Gn 17: 10-14)” (GLASMAN, 1999, p. 87); *bar-mitzvah* (maioridade religiosa e congregacional do rapaz aos 13 anos de idade, quando então é convocado à leitura pública da *Torah* (Lei) e da *Haftará* (Profetas); casamento (no final da cerimônia quebra-se um copo para recordar a destruição do Segundo Templo); e nas festividades anuais tais como *Pessach* (Páscoa, na qual se comemora a saída da escravidão do Egito); e *Hanuká* (Festa das Luzes, quando se relembra a reinauguração do *Beit Hamikdash*, o Templo Sagrado de Jerusalém, com vitória dos *Hashmoneus* sobre os gregos, que o haviam profanado) (GLASMAN, 1999).

Como toda a cultura judaica, esses ritos de expressão foram proibidos pelo Estado nazista, que tentava apagar toda a memória e a identidade dos não-arianos. Toda religiosidade judaica foi profanada, proibida, calada sob a punição totalitarista. A tal ponto que essas referências ritualísticas, por não terem tido condições de serem realizadas, pouco aparecem como marcas temporalizadas de identidade e memória, individual e familiar, na cronologia das histórias de vida relatadas por sobreviventes.

Porém, as referências identitárias continuavam a residir no íntimo e na memória de cada vítima e, com isso, exceções – infelizmente malfadadas – foram registradas, como nos relata Edward Heuberger, sobrevivente da *Lista de Schindler*, que esteve aprisionado no campo de concentração de Plaszów, na Polônia, onde conviveu com o Rabino Lewertow – também sobrevivente *Schindler*. Por ocasião de *Yom Kipur* (Dia do Perdão, o mais sagrado do calendário judaico) um grupo de prisioneiros, entre eles Heuberger e o Rabino Lewertow, resolveu jejuar, apesar da escassa alimentação diária:

Neste dia, paramos de trabalhar, e cada um rezava à sua maneira. Mas, infelizmente, ninguém ficou nas janelas para cuidar da segurança, e aconteceu o inesperado. Por acaso, passaram por perto dois soldados da SS e viram



pela janela dois homens em pé com as cabeças cobertas, rezando. Eles entraram, pegaram os dois, amarraram uma corda nos pescoços deles, puxaram-nos para fora como se fossem gado e os mataram em frente à oficina. Eu não duvido que eles não sabiam o que nem porque todo o pessoal estava rezando, mas o choque foi muito grande (HEUBERGER citado por LEVY, 1996, p. 484).

A proibição à expressão religiosa era parte do projeto de aniquilação da identidade e da memória judaica pela comunidade ariana. A condição subumana a cuja categoria foi reduzida o povo judeu no Holocausto procurou imprimir aos arianos e simpatizantes, de fora para dentro, uma nova identificação dos judeus. A referência à sua existência foi veiculada pela cultura nazista como a de uma praga a ser exterminada. Com esse procedimento de identificação e referência excludente intentou-se o extermínio dos elementos da praga, numa manipulação ideativa para desumanizar o trato e o olhar dos algozes e colaboracionistas– “a SS travou uma guerra fácil e sem perigos, nos campos de concentração, lutando contra homens, mulheres e crianças indefesas” (WIESENTHAL, 1967, p. 38), e que não tinham recursos legais para se defender numa sociedade que lhes retirara a cidadania por completo.

O que se observou durante o nazifascismo foi uma luta pela hegemonia da cultura e da memória do opressor, que buscava aniquilar todos os vestígios das memórias dos seus oprimidos. Nessa perspectiva, valeu-se, em sua expansão e contágio das massas, da função da memória, conforme descrita por Michael Pollak:

[...] definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 9).

Assim, vemos a retroalimentação memória-identidade na organização macrossocial. Mas essa retroalimentação também se dá na rememoração das vítimas, e também circunscreve o seu grupo e ganha espaço de contágio, ainda que sob comoção e dor, quando ouvidas com respeitosa empatia e compreensão.

A dor da separação dos familiares muitas vezes é contada como uma das mais trágicas situações vividas pelas vítimas do nazismo. Momentos traumáticos durante os quais quem reagia em contrário perdia a vida de pronto. Sobreviver



a esse instante dilacerante também era uma forma de lutar pela vida e de manter a esperança de se rever os entes queridos algum dia. Mas as reações variavam muito, e cada sobrevivente tem uma história própria para contar quanto a esses momentos que vivenciaram com os seus, ou que testemunharam de terceiros. Todos difíceis e frente aos quais não cabem julgamentos mas, ao invés disso, demandam exercícios de compreensão.

Por intermédio da ilustração de casos relatados por sobreviventes do Holocausto, apresentamos uma panorâmica das dores traumáticas infligidas aos judeus, com consequências incomensuráveis, pelo desmembramento familiar imposto pelo governo nazista, como etapa da produção em série do extermínio industrial que caracterizou o Holocausto. A dolorosa rememoração desses dilemáticos momentos pelos sobreviventes também ilustra um exercício de memória e identidade com um reforço dos vínculos na referência àqueles dos quais foram separados. A ligação familiar se reforça na lembrança dos parentes que tiveram suas vidas interrompidas, fazendo da rememoração a expressão possível de sua continuidade.

Para as gerações seguintes, seja para aqueles que conheceram diretamente as histórias, na maioria dos casos filhos e netos que a ouviram relatadas pelos sobreviventes, ou para os que, sem terem tido contato direto com as testemunhas, souberam da história por outras fontes, fica o entendimento do tocante dessas memórias que repercutem dentro de si via identidade comunitária, a qual transborda pontos de contato que formam uma base comum entre a memória coletiva e a memória individual (HALBWACHS, 1968 citado por POLLAK, 1989, p. 4). Para os correligionários ou não, a escuta crível abre espaço para os pontos de contato de identificação emergirem, podendo as memórias serem, assim, absorvidas e incorporadas.

1 As prisões em casa

As separações compulsórias dos familiares muitas vezes aconteciam ainda com as famílias morando em suas casas, como no caso das prisões na Alemanha dos homens judeus entre 18 e 45 anos no dia seguinte à *Kristallnacht*, a Noite dos Cristais. O relato de Kurt Homburger, à época um menino, residente em *Offenbach am Main* com seus pais e seu irmão mais velho, ilustra a dor da criança vendo seu pai ser preso:

Outro episódio se deu logo em seguida, poucos dias depois. Era um domingo, quando a Gestapo, aquela sinistra polícia alemã, veio à minha casa, com dois elementos, à tarde, procurar pelo meu pai, tirá-lo de casa e prendê-lo. E eu estava presente, vendo, sentindo, sofrendo com aquele episódio tão marcante... Meu pai



apenas teve tempo de colocar uma roupa mais grossa, um sobretudo, luvas, chapéu, e arrumar uma pequena mala para levar alguns pertences. Não se sabia absolutamente o que iria acontecer. Não se sabia que, posteriormente, ele seria enviado ao campo de concentração de Dachau. E eu estava chorando junto do meu pai, perguntando quando ele iria voltar; e ele disse que voltaria em breve, para não me preocupar. Esse foi um episódio bastante dramático, vivido por mim (HOMBURGER citado por LEVY, 1996, p. 534).

Nessa época, os campos de concentração na Alemanha não eram campo de extermínio, e a maioria dos homens presos nessa ocasião voltou para casa após alguns meses de confinamento, suficientemente traumatizados para desejarem se afastar o máximo possível da Alemanha nazista. Sendo assim, o depoente prossegue:

Meu pai, quando voltou do campo de concentração de Dachau, veio absolutamente convencido de que tínhamos de sair da Alemanha. E todo o esforço, todo o empenho que tanto o meu pai quanto a minha mãe procuraram levar a termo era nesse sentido, de sair da Alemanha. [...] É óbvio que, depois da 'Noite de Cristal', não foi só meu pai que acordou para o fato de ter que sair da Alemanha. Muitos outros também assim o fizeram. Pelo menos ainda houve a possibilidade de sair. Não houve um obstáculo impeditivo na época. Quer dizer, era possível sair: tudo dependia de algum outro país permitir a entrada (HOMBURGER citado por LEVY, 2014, p. 135).

Mesmo antes da *Kristallnacht*, milhares de homens judeus foram aprisionados em campos de concentração na Alemanha, e apesar de muitos terem voltado, outros milhares pereceram nos campos de concentração de Dachau e Buchenwald, e até mesmo durante a viagem em trens de carga até esses campos. Os maus tratos, as violências físicas e psicológicas ali grassavam e visavam já a aniquilação das forças daqueles indesejáveis pelo regime nazista.

Assim nos relata em *Sobrevivência e outros estudos* (1989) o psicanalista Bruno Bettelheim que, na primavera de 1938, logo após a anexação da Áustria, foi aprisionado em sua casa e privado de seu passaporte, impedido, portanto, de emigrar legalmente; algumas semanas mais tarde, foi levado e preso por alguns dias e depois deportado para Dachau. Conseguiu ser libertado e sair da Alemanha com os esforços de seus conhecidos no exterior, em particular de



uma família norte-americana de cujo filho autista tratava desde antes da ascensão do nazismo. Em sua obra supracitada, segue detalha suas estratégias de sobrevivência nos campos de concentração e depois, nos Estados Unidos, seus esforços para superação dos traumas como sobrevivente dos mesmos.

Outras vezes, as separações compulsórias se davam em casa, seguidas de fins trágicos, quando as famílias se recusavam a obedecer à ordem de deixar seus lares.

Leon Herzog, polonês da cidade de Ostrowiec, trabalhava numa siderurgia quando parte da população judaica de sua cidade foi deportada, e outra parte confinada no gueto. Em certo dia marcado, a população judaica fora chamada a se agrupar numa praça da cidade, onde foram separados aqueles aptos ao trabalho. Três dias depois, os inaptos foram deportados – dentre eles seus dois irmãos, Pinchas e Samuel, com suas mulheres e filhos pequenos. Os que sobraram, foram confinados no gueto. Na ocasião, Leon escondeu seus pais no sótão da casa onde moravam e foi para o trabalho. Mas, conforme lhe foi contado depois pela Polícia Judaica, seu pai não aguentou muito tempo no sótão – desceu e ficou em casa; sua mãe permaneceu no sótão:

Quando chegaram na minha casa, encontraram o meu pai, e disseram: “*He Raus!*”, quer dizer, “Saia!”, e ele disse: “Não. Se vocês querem me matar, me matem aqui. Eu não vou para o campo de concentração”. Aí, retiraram ele de casa, foram para o pátio, e ele colocou o *Talit* e levou a bíblia em baixo do braço e assim ele foi, e lhe deram um tiro de misericórdia. Mataram-no na mesma hora. Isso me foi contado pelos guardas que o estavam acompanhando (HERZOG citado por LEVY, 2014, p. 109-110).

A mãe de Herzog foi levada para o gueto junto com um sobrinho de 15 anos, filho de seu irmão Samuel, que havia sido separado dos pais e da irmã na primeira deportação e sobrevivera à limpeza étnica da cidade. Leon ficou com eles no gueto, mas continuou trabalhando na siderúrgica. Mais tarde, sua mãe e seu sobrinho foram deportados e não sobreviveram ao Holocausto.

Por ter conseguido documentos falsos, em dezembro de 1942, Herzog se despediu de sua mãe e de seu sobrinho e arriscou sair do gueto usando sua outra identidade. Ele sobreviveu à guerra passando-se pelo polonês Jan Grabowski. Sob essa identidade polonesa, conseguiu trabalho na Alemanha, como horticultor numa fazenda, onde ficou até o fim da guerra.



2 Escondendo identidades

Conseguir documentos falsos era muito arriscado – e caro. Leon Herzog conseguiu sua carteira de identidade polonesa subornando um funcionário do governo que fora freguês da fábrica de bicicletas de seu pai. Deu certo. Mas Leon teve que se manter focado em seu intento de sobreviver mesmo quando, já sob a identidade de Jan Grabowski, indo para a Alemanha, viu passar um grupo de judeus aprisionados seguindo para o trabalho. Ele afirma que se sentiu identificado com eles, e não como se os tivesse traído, por estar se passando por não judeu. Sua tentativa de sobrevivência mediante identidade polonesa estava apenas começando e, para tanto, a cada minuto, só pensava em como agir no grupo em que estava inserido naquele momento (LEVY, 2014).

O mal estar por sobreviver negando sua identidade judaica, a mesma que condenou à morte seus familiares e correligionários teve que ser sublimado. Caso contrário, denotaria seu esforço para não ser descoberto em sua identidade falsa. Manter a mente focada na sobrevivência foi a defesa e a alternativa de Leon Herzog para não sucumbir à dor e conseguir se manter como Jan Grabowski.

Passado algum tempo após o fim da guerra, Leon Herzog revelou sua verdadeira identidade aos seus patrões alemães, que o haviam tratado muito bem como o polonês Grabowski. Mantiveram laços de amizade por muitos anos depois. Em sua vida no Brasil, reafirmou sua identidade judaica tendo sido um ativista comunitário e prestado apoio ao Estado de Israel, onde hoje vive sua filha mais velha, Myrna.

No caso do sobrevivente Samuel Rozenberg, foi ainda menino que teve de aprender a esconder sua verdadeira identidade. Nascido na cidade de Liège, na Bélgica, em 9 de janeiro de 1935, o primeiro desmembramento familiar se deu com a partida de sua irmã, Esther Léa, então com 17 anos. Ela pertencia à organização juvenil sionista Gordonia, e esse seu grupo resolveu todo se apresentar em resposta a uma carta de convocação para ir trabalhar no Leste – sutil começo das deportações. Rozenberg lamenta:

Coitados, não sabiam do amargo destino que os esperava, pobres vítimas imoladas no altar da barbárie do século XX. Minha irmã se apresentou na Caserna Dossin, em Malines, de onde foram despachados, em trens de carga, mais de 25.000 judeus até julho de 1944. Ela foi levada para Auschwitz no dia 4 de agosto de 1942, sob o nº 536, e nunca mais soubemos dela. Do comboio número I com 998 deportados, só sete voltaram vivos (ROZENBERG, 2004, p. 27-28).



Rozenberg viveu clandestinamente com seus pais desde final de agosto de 1942; e sem eles a partir do outono de 1943 até o final da guerra. Por algum tempo, viveu escondido junto a uma senhora solteira cristã, *Mademoiselle Lafineur*, que morava com a mãe idosa e um cachorro. Ele conta que um dos momentos mais dolorosos durante a guerra era quando passava na rua e via à distância sua mãe – que vivia com seu pai com documentos falsos junto a outra família cristã – mas não podia demonstrar sequer que a conhecia e vice-versa. Tudo sob pena de morte; uma lição que o menino de 8 anos teve rapidamente que aprender e nunca mais esqueceu:

Outro suplício, este mais sutil, era que, por motivos de segurança, caso encontrasse ocasionalmente a minha mãe na rua, ela indo fazer alguma compra para a patroa, eu não podia chegar perto dela. Não podia sequer trocar um olhar. Passava por órfão de guerra e, por causa disso, devia evitar efusões (ROZENBERG, 2004, p. 34).

Pela difícil convivência com a temperamental *Mademoiselle Lafineur*, que tratava melhor seu cachorro do que ao menino, ele foi mandado embora dali. Nessa época, com a ajuda da Sra. Berthe Clignet, seus pais conseguiram para si documentos falsos alemães. No entanto, por medida de segurança, ficou decidido que iriam se separar do filho, sem nem saber de seu paradeiro – outra difícil situação de desmembramento familiar, de dilemática opção, ainda que visasse à preservação de todos os três:

Na noite da despedida, meu pai me chamou, sentou-me no colo e disse: “Meu filho, amanhã irás embora. Não sei o que será de nós. Nem sei se jamais tornarei a ver-te! Entretanto, a guerra não durará para sempre e saibas que és judeu. Assim que a guerra terminar, procure ir a Bruxelas ou Antuérpia e fale com um rabino, ele encarregar-se-á de ti. Deus te abençoe, meu filho”.

De manhã, levado pela minha mãe, dirigi-me ao lugar previamente combinado e, mediante uma senha, fui entregue a uma senhora desconhecida que me levou de bonde interurbano ao lugar onde permaneci até a Libertação. Isso aconteceu no dia 20 de janeiro de 1944, quinta-feira (ROZENBERG, 2004, p. 35).

A família que passou então a acolher o menino era protestante e o tratava bem. Nessa ocasião, levaram-no a adotar outra identidade: Paul Allain, nascido em Hermeton, em 1º de setembro. Ele relata: “Foi a coisa mais difícil de me acostumar, pois uma criança tem dificuldade em mentir sua idade. Era órfão de



pai e mãe e tinha um irmão algures num orfanato...” (ROZENBERG, 2004, p. 36). Paul Allain viveu até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os pais de Samuel vieram buscá-lo. Mas o trauma pela separação de sua irmã Esther Léa, sem volta, cravaram na memória de Samuel uma dor que atravessou muitos anos, em especial após o conhecimento do destino final dos deportados:

Na década de 1970, vi o filme *O jardim dos Finzi Contini*, que conta a saga de uma família judia italiana e que termina com a cena de embarque para os campos da morte. Chorei convulsivamente, imaginando minha irmã sendo levada e durante anos não quis mais ler ou ver nada que se relacionasse com o Holocausto, até que apareceu o filme *Europa, Europa*, que narra a história verídica de um garoto judeu, treinado pelas SS, que luta no exército alemão na frente russa. Capturado, escapa do fuzilamento ao ser reconhecido pelo irmão, um soldado soviético (ROZENBERG, 2004, p. 28).

As reações ao ato de evitar o tema ou a situações que aludam à vivência traumática expressam o limite de suportabilidade de cada pessoa diante da dor indelével. Não há como se fazer um prognóstico quanto ao tempo de superação de vivências traumáticas – variável de pessoa para pessoa, assim como os fatores que auxiliam na superação também o são. A reestruturação psicológica para se conseguir lidar com as dores traumáticas de manda um trabalho minucioso de cada indivíduo consigo mesmo, que muitas vezes o acompanha ao longo de toda a vida.

O mal estar pela negação da identidade pode atravessar tempos, mas a consciência, de algum modo, conduz à reflexão em busca de um apaziguamento interno. Foi o que aconteceu no caso de Alex, um *Halbjudé* (meio-judeu) austríaco, conforme relatado por Simon Wiesenthal (1967), quando este veio lhe procurar depois da guerra em busca de alguma redenção para a sua consciência.

Alex nascera em 1922, filho único de pai judeu e mãe cristã, tendo seu avô paterno sido um rabino. Em 1938, quando Hitler invadiu a Áustria, contava 16 anos e, por força da nova lei, passou a ser identificado como um *Halbjudé* sem entender muito bem as implicações dessa nova denominação categorial. Mas seus pais entendiam e discutiram com o melhor amigo de seu pai, o “tio” Franz, as preocupações a respeito dos tratamentos infringidos aos judeus na Alemanha nazista. Certo dia, após uma conversa, os pais de Alex lhe expõem um plano para ajudar na sua sobrevivência futura: sua mãe declararia oficialmente que ele era filho de Franz, apesar de ter sido registrado por seu pai, com a sua



anuência. Com isso, esperavam conseguir uma identidade para ele que o salvaguardasse dos maus tratos e desaparecimentos misteriosos que já aconteciam aos judeus. Assim, Alex se tornou um ariano, mas sem alterar o seu nome, para não comprometer “tio” Franz, que era casado e com filhos.

Em 1940, com os rumores de atrocidades cometidas contra os judeus, Alex, por sugestão de Franz, se apresenta como voluntário na SS. Acreditavam que, com isso, não iriam fazer mal ao pai dele. Ou seja, incrementaram o disfarce. Alex foi treinar numa divisão da SS na Alemanha. Em 1941, foi mandado para o Leste, e sua divisão lutou na fronteira contra a Rússia. Meses depois, de licença, ele foi visitar a mãe, que lhe contou ter sido intimada pela Gestapo a se separar de seu pai por ele ser judeu. Ao se recusar, foi chantageada a fazê-lo, sob pena de dificultarem a vida do filho e até declarando-o judeu novamente. Mas, nem o divórcio, nem o alistamento de Alex como combatente da SS pouparam seu pai que, semanas depois, foi retirado do quarto onde passara a viver de aluguel e deportado com outros judeus.

Quando Alex estava em Leningrado, ouviu rumores de que muitos civis, principalmente judeus, estavam sendo executados. Ele não quis acreditar que essas pessoas poderiam estar sendo aniquiladas só por serem judeus – preferiu acreditar nos raciocínios propalados de que eram sabotadores sendo punidos, dentre os quais poderiam haver alguns judeus. Mas essa versão não se sustentou por muito tempo. Alex veio a ser ferido e enviado para um hospital onde ficou num quarto com outros dois acamados, ambos homens da SS que serviram como guardas em campos de concentração, que lhe contaram o que vinha acontecendo com os judeus. Ele ficou bastante impressionado com os relatos. Em seguida, foi transferido para um hospital maior, em Riga, na Letônia, onde ficou num quarto com um outro SS que estava se recuperando de um choque nervoso por ter tido um colapso de tanto atirar em mulheres e crianças. Disse ainda que fora proibido de contar isso a qualquer pessoa, sob pena de morte, mas que não conseguia guardar tudo aquilo só para si, precisando contar para alguém. Assim, Alex, um soldado da Waffen SS, tomou conhecimento de toda a verdade, e ficou a pensar em seu pai, sem saber em que campo ele estaria, e preferindo não saber, pela sua dificuldade de encarar essa realidade.

Na tentativa de se afastar de tudo aquilo, após ter alta hospitalar, Alex pediu para ser enviado de volta à fronteira e, na primeira oportunidade, deixou-se capturar pelos russos, por não mais conseguir lutar do lado dos alemães. Ficou anos presos nos campos de prisioneiros de guerra da Rússia. Em 1955, quando voltou para a Áustria, sua mãe havia morrido; seu pai desaparecera junto com milhões de outros judeus. Apenas seu “tio” Franz estava vivo, e queria ajudá-lo. Mas Alex não conseguiu mais conviver com ele. Franz tentou explicar as razões



que haviam levado à todo aquele intento, sob risco de Alex também ter sido morto por sua condição de judeu – ao que Alex ponderou se não tivesse, talvez, sido melhor, pois não via mais sentido em sua vida, e sentia-se vazio por dentro, como se seus sentimentos tivessem sido drenados... Tudo isso Alex relatou a Simon Wiesenthal, expondo seu conflito, e sua busca de apaziguamento interno:

“Sou eu um homem da SS? Sou eu um judeu? Sou eu um *Halbjude*? Pertencço à raça dos perseguidores ou à raça dos perseguidos?” [...]

Não adianta. Para os judeus eu continuarei a ser um execrando soldado da SS. Para os outros, eu seria apenas um judeu sujo. Se eu disse a verdade, continuarei a ser o eterno inimigo, o sujeito que não presta... – Levantou-se de um salto. – Eu lhe direi por que vim vê-lo *Herr* Wiesenthal: é porque eu me sinto judeu. Para mim, como para o senhor, eu sou um judeu. Mas para o mundo exterior, eu poderia continuar a passar por um homem da SS e poderia ajudar o seu trabalho. [...] É a única coisa que eu sinto que posso fazer. (WIESENTHAL, 1967, p. 130-131)

Assim, Wiesenthal, o caçador de nazistas, recebeu um voluntário para lhe ajudar em sua incansável batalha por justiça. Para tanto, foi checar a veracidade das informações fornecidas por Alex, e todas foram confirmadas. Inclusive, que o pai de Alex fora deportado – para Riga; e, possivelmente, ele estivesse ali quando ele esteve hospitalizado naquela mesma região. Diante de mais essa confirmação e aproximação mnemônica do SS sob colapso nervoso de tanto matar civis, dentre os quais poderia estar seu pai, Alex pede que comecem a trabalhar – sob pena dele mesmo enlouquecer.

A falta de estrutura para lidar com a destrutividade da máquina nazista esfacelou grupos, famílias, indivíduos. A fuga das memórias intentada por Alex não teve êxito. Apenas quando ele optou por enfrentar seus dolorosos conflitos e dores de culpa e impotência pode tentar dar a si mesmo um lugar no mundo.

3 Deportação e Seleção nos guetos e nos campos de concentração

Uma vez tendo sido expulsos de seus lares, confinados em guetos e depois levados dos guetos, os judeus eram reunidos em local público de onde partiriam para um local onde lhes era dito, haveria trabalho. Assim eram organizadas as deportações. Inicialmente voluntárias, com o passar do tempo a desconfiança dessas chamadas pelos rumores de algo bem pior do que trabalho



como destino final, passaram a ser compulsórias. Às vezes famílias inteiras eram confinadas juntas num mesmo vagão de carga. Outras vezes, sua separação era feita antes do embarque, à revelia da vontade ou do clamor de seus membros – até mesmo porque a um judeu não era lícito pedir ou querer nada. O que acontecia era mais uma etapa da progressiva desumanização imposta aos judeus, e suas vidas só eram dispostas conforme os interesses e necessidades do Terceiro Reich. Era a *selectzia*, seleção, na qual eram separados dos demais aqueles considerados aptos para o trabalho. O sobrevivente Aleksander Laks relata uma dessas ocorrências, quando ainda vivia no gueto de Lodz, na Polônia:

Os alemães decretavam o toque de recolher. Todos tinham que ficar dentro de casa. Não se trabalhava naqueles dias. Os alemães se dirigiam à uma rua de casas baixas, escolhiam só as casas ou edifícios daquela rua, e disparavam um tiro. As pessoas tinham que se juntar na esquina ou no pátio onde eram selecionadas. Era a chamada *selectzia*. Algo indescritível: tiravam os filhos dos pais, os pais dos filhos, e dos parentes. Selecionavam quem ficaria no gueto e quem sairia para trabalhar, conforme as palavras deles. Mas todos iam para Chelmno, o campo de extermínio. [...].

Escutávamos tiros, gritos e choros lá de fora. Começaram a separar as famílias, arrancando as crianças dos colos das mães. Em alguns casos, se a mãe queria ir com a criança, às vezes deixavam. Mas na maior parte das vezes não deixavam e a mãe era espancada ou morta ali mesmo (LAKS citado por LEVY, 2014, p. 147).

O desespero das mães sendo forçadas a se separar dos filhos na hora das deportações do gueto foi testemunhado por Roza Rudnik, polonesa de Bialystok, que não via critério nessas separações, quando às vezes separavam as mulheres das crianças e outras não. Muitos choros e, ao reagirem, algumas mães eram fuziladas na hora (LEVY, 2014, p. 147-148). Reagir para se manter com seus filhos e correr o risco de morrer na frente deles – o dilema de milhares de mães judias durante o Holocausto, que nos remete ao drama da mãe polonesa Sofia, ilustrado em *A escolha de Sofia*, de William Styron (1979), cujo filme homônimo, de 1982, roteirizado e dirigido por Alan J. Pakula, imortalizou a atriz Meryl Streep no papel de Sofia que nunca superou o trauma de ter sido obrigada a escolher um de seus dois filhos para viver – se não escolhesse um deles em menos de um minuto, ambos seriam condenados. Tendo condenado sua filha às câmaras de gás, e seu filho levado para ser criado por uma família



alemã, não teve mais paz de espírito em sua vida. Nem na representação do papel a premiada atriz conseguiu repetir a cena da escolha – foi filmada numa única tomada e a atriz se recusou a refazê-la por ter lhe sido doloroso demais.

O estarcimento traumático também toma conta do sobrevivente Abraham Warth ao relatar a dantesca evacuação de parte do gueto da cidade de Przemysl, na Polônia. Certo dia, no verão de 1941, soldados afixaram avisos no gueto de que os judeus teriam que se apresentar na praça do gueto, em 24 horas, portando apenas uma bagagem de mão; o descumprimento seria punido com fuzilamento. Somente os judeus que saíam para trabalhar estavam dispensados dessa apresentação:

O resultado foi o seguinte: tiraram velhos, crianças, aleijados, quem podia e quem não podia andar. Levaram caminhões e caminhões com aqueles que não foram levados para dentro dos vagões. Começaram a levar as crianças, a jogá-las em cima dos caminhões - não as levavam, levantavam e botavam com calma nos caminhões, não! Eles as jogavam como se joga lixo, em cima dos caminhões e as levaram logo (depois nós ficamos sabendo) para a Rua Slovaciego, onde fizeram grandes valas para servir de sepultura e, inclusive, contava-se que a terra se mexeu alguns dias depois (WARTH citado por LEVY, 2014, p. 148).

Muitas vezes a *selectzia* e a separação dos familiares se davam após a chegada no campo de concentração. Após a deportação em trens de carga, os familiares se deparavam com filas a partir das quais eram separados para a esquerda ou para a direita, sem mal terem a clareza do que significava aquela divisão. Tentavam ficar juntos, muitas vezes sem sucesso, como no caso de Maria Yefremov, nascida em 22 de fevereiro de 1914 na cidade de Titel, na Iugoslávia, deportada grávida em 1944. Em geral, ao chegarem, as grávidas eram levadas direto para o crematório – mas o seu caso foi uma exceção:

Assim, nós viajamos alguns dias e algumas noites, até chegarmos em Auschwitz. Lembro-me que éramos, aproximadamente, umas 60 pessoas dentro desse vagão, onde mal podíamos nos sentar, muito menos deitar, e que toda a viagem foi muito desagradável e deve ter levado uns 2 ou 3 dias, mais ou menos. Quando chegamos, as pessoas que nos ajudavam a descer diziam: “Depressa! Para fora!”, e formamos em filas de 5 em 5 pessoas. Passamos em frente a uma mesa onde estavam os alemães,



entre eles o Dr. Mengele. Na fila, estávamos eu, minha irmã, minha mãe e minha outra irmã com a sua filha, que tinha mais ou menos 10 anos de idade. O Dr. Mengele nos dividiu, dizendo para mim e minha irmã Léa: “Vocês duas, à direita.”. A minha irmã Léa pensou que os mais jovens seriam levados para algum campo de trabalho e os velhos e as crianças para onde não precisariam trabalhar e disse para o Dr. Mengele: “A minha irmã está grávida”, numa tentativa de me ajudar. Entretanto, ele respondeu: “Não faz mal, vocês vão”. Então ela disse: “Eu não quero me separar de minha mãe”. E ele respondeu: “À noite vocês se encontram”. E assim, pensávamos que à noite encontraríamos a nossa família (YEFREMOV citado por LEVY, 2014, p. 150).

Como não sabiam os critérios nos quais os nazistas se baseavam, mas a vinculação impulsionava os familiares a tentar permanecer juntos, Léa, a irmã de Maria, não sabia que, ao tentar poupar sua irmã grávida do supunha ser trabalho, estaria na verdade aproximando-a dos familiares, mas também da morte imediata. Como Mengele não deu ouvidos aos seus clamores, ambas permaneceram juntas por mais algum tempo no campo. Mas tudo não passava de tentativas às cegas, num lugar onde o prisioneiro, ao chegar, não tinha condições de entender de pronto as regras de vida do sistema concentracionário. Somente nos dias seguintes Maria compreendeu o significado da “saída pela chaminé” e passou a temer diariamente o fogo dos crematórios. Mas também nutria uma dupla esperança E mesmo sob esse medo, ela conseguiu algo incomum: levar a gravidez até o final, tendo dado à luz à uma menina, no barracão de Auschwitz a qual, infelizmente, foi imediatamente retirada dela ao nascer e levada para o crematório (LEVY, 2014).

Em sua autobiografia, a sobrevivente Ruth Klüger, nascida em Viena, na Áustria, relata que manteve sua esperança ao longo de todo o período em que, vitimada pelo nazismo, foi confinada em campos de concentração, junto com sua mãe – tendo ambas sobrevivido juntas. Mas a manutenção de sua esperança deu-se em função também do estado de alerta que o medo que gerava: “nunca perdi a esperança, e hoje penso que isso se deve unicamente à cegueira própria das crianças e ao medo da morte” (KLÜGER, 2005, p. 98). Klüger contrapõe o medo à esperança, considerando-o mesmo seu reverso. Nesse contraponto, alude ao polonês Tadeusz Borowski, para quem “só o desespero torna as pessoas corajosas, a esperança, ao contrário, torna-as covardes” (KLÜGER, 2005, p. 97).



Nesse sentido, podemos entender o desmembramento familiar como uma das perversas táticas nazistas de controle das massas pelo fomento de esperança nas vítimas que, na expectativa de reencontrar seus entes queridos, ao mesmo tempo evitavam, por isso, uma reação individual ou de massa contra seus algozes, ou contra si mesmo, atentando contra sua própria vida – como muitos acabaram por fazer, por desespero e desesperança. Outro desdobramento dessa dor dilemática frente à separação dos familiares foi a opção de parentes por permanecerem juntos, ainda que fosse para assim seguirem para as câmaras de gás ou valas comuns. Ou ainda, como no caso de Ruth Klüger, com 12 anos de idade, frente à sugestão feita por sua mãe quando ambas chegaram em Auschwitz – se atirarem ambas, juntas, às cercas eletrizadas. Ruth, tomando a fala de sua mãe como uma brincadeira, prontamente respondeu que não, e sua mãe não mais voltou a mencionar tal ideia. Muitos anos depois, Ruth, já mãe, diz compreender essa sugestão:

Só quando eu tive meus meninos percebi que é admissível a ideia de matar os próprios filhos em Auschwitz, ao invés de esperar. Com certeza eu teria tido a mesma ideia e possivelmente a teria posto em prática de maneira mais consequente do que ela. Pois o suicídio é uma ideia relativamente confortante [...] em comparação com a outra morte, a que era oferecida em Birkenau (KLÜGER, 2005, p. 105).

A maldade nos campos de concentração não tinha limites. O terror imperava e controlava as reações de massa. Mas, mesmo assim, em algumas situações extremas, requintes de perversidade precisavam ser aplicados diante da magnitude da maldade, passíveis de provocar reações nos prisioneiros – como a reação de pais e mães no campo de concentração na luta para salvar seus filhos sendo levados para a morte. Uma estratégia como essa marcou uma das cenas inesquecíveis, registrada no filme *A lista de Schindler*, de Steven Spielberg (baseado no livro homônimo de Thomas Kennealy, 1994), e testemunhada por Edward Heuberger, sobrevivente da Lista, à época em que ainda vivia prisioneiro no campo de concentração de Plaszów, na Polônia: quando um caminhão cheio de crianças deixou o campo sob os olhares de todos os prisioneiros, perfilados na *Appelplatz*, praça de chamada, do campo.

Segundo Heuberger, os alemães supunham a existência de crianças escondidas nos alojamentos, mas elas oficialmente não existiam registradas ali, nunca apareciam na contagem pela manhã. Mas, certo dia de domingo, ao serem perfilados na *Appelplatz*, Heuberger conta que o campo estava cercado de soldados munidos de metralhadoras e alto-falantes colocados nos postes



ecoavam uma bela música. Esse cenário incomum já deixou Heuberger com um mau pressentimento:

Quando nós todos estávamos ouvindo a música, mas olhando inquietos para todos os lados, vimos de repente duas ou três carroças puxadas a cavalos saindo de alojamentos com as crianças em cima que, já passando perto de nós, estavam se despedindo com um aceno das mãos. Compreendemos imediatamente que, enquanto nós todos estávamos sendo concentrados na *Appellplatz*, os alemães estavam percorrendo todos os barracões e pegando as crianças, que agora estavam sendo levadas para Auschwitz: o que significava o fim delas.

E agora, imagine o tumulto. Imagine o que sentiram as mães e os pais! As mães começaram a gritar e a correr como loucas em direção de seus filhos. Os alemães postaram-se em posição de atirar. Senti calafrios pressentindo um massacre, mas alguns soldados conseguiram segurá-las antes de elas atingirem o cordão preparado para atirar. As carroças continuavam indo devagar em direção ao portão do campo, e as crianças acenando com as mãos. A ordem na praça foi restabelecida, mas não houve uma só pessoa, homem ou mulher, que não tivesse chorado - e eu chorei também. Eu estava na primeira fileira do meu bloco - não sei que diabo eu sempre ficava entre os primeiros - e, muito comovido, chorei com os outros. Foi a única vez que chorei durante essa guerra (HEUBERGER citado por LEVY, 2014, p. 150-151).

Mas, uma outra cena, não foi mostrada no filme de Spielberg: tamanha atrocidade com requintes de crueldade não deixou de comover nem mesmo um soldado SS ali perfilado que, não se aguentando diante da situação e, vendo a reação do prisioneiro Heuberger, quebrou o protocolo e lhe confessou seu estado:

O soldado SS, encarregado do nosso bloco, que cuidava da ordem, virou-se para mim, na passagem, e disse em alemão: “Vocês choram, mas o meu coração está uivando, explodindo”. Eu olhei para ele e não podia acreditar que este SS, que deveria ter, talvez, uns 45 anos, talvez casado, com filhos, mas em serviço no campo de concentração,



tivesse mostrado um lado humano. Isto foi uma grande surpresa para mim. Este homem, meses depois, fez parte de um grupo de soldados que nos vigiavam na fábrica de Schindler, na Tchecoslováquia (HEUBERGER citado por LEVY, 2014, p. 151).

4 A herança familiar: sobreviver para contar

No caso de Aleksander Henryk Laks, ele foi o único sobrevivente de sua família que vivia na Polônia quando da chegada dos nazistas. A história do menino Laks começa antes da Segunda Guerra Mundial na Polônia, na cidade de Lodz. Filho único de Jacob Cale Laks e Syma Kac, perdeu a mãe quando tinha quatro anos de idade. Seu pai se casou novamente com Bálcia Leser, também judia, uma madrasta que Laks considerava sua mãe, tal o carinho que recebeu dela. Ao longo de sua narrativa como sobrevivente do Holocausto, quando menciona sua mãe é a ela a quem ele se refere. Foi por ela não ter querido se separar nem por um minuto do filho que a família permanece o máximo tempo unida, ainda que sob regime nazista. A seguir, note-se a entrevista de Laks:

Sofia – Antes da guerra, sua família cogitou deixar o país? Quais as opções e que fatores foram considerados?

Laks – Meu pai militava numa organização sionista, a *Poalei Sion Smol*. Todo ano, duas pessoas ganhavam autorização para ir à Palestina através desta organização. Meu pai ganhou um *Efidavid*, como era chamado esse certificado, para ir à Palestina. Só que seria apenas para uma pessoa. Depois de algum tempo, estando lá, ele poderia fazer uma carta chamando a esposa e o filho. Na hora, lhe era permitido levar só o filho. Minha mãe não consentiu. Ela o deixaria ir, mas me deixando com ela. Meu pai, por sua vez, não quis ir sem me levar. Então, meu pai passou para outra pessoa, que foi em seu lugar. Lembro-me da despedida feita para o viajante, mesmo sendo criança ainda (LAKS citado por LEVY, 1996, p. 418).

Em 1940, com a entrada dos nazistas na cidade de Lodz, na Polônia, a família Laks foi obrigada a deixar seu lar e ir para o gueto, construído no bairro de Baluty, situado na parte pobre e afastado do centro da cidade. A família, constituída pelo pai, mãe, avó e tia de Laks conseguiu se manter escondida no gueto de 1940 a 1944. Mas, à medida que os nazistas eliminavam o gueto, destruindo as partes evacuadas, o risco de serem descobertos ou fuzilados ao saírem do esconderijo aumentava. Não havendo mais meios de conseguir



comida, a família se entregou para não morrer de fome, pois não se sabia quanto tempo ainda duraria a guerra. Foram deportados em trens de carga, com destino ignorado. Chegaram a Auschwitz e, como inúmeras outras famílias, foram encaminhados diretamente para a *seleção*, na qual homens e mulheres foram separados em filas distintas. As lembranças do pequeno rapaz Aleksander Laks conformizam seu aturdimento ao chegar num lugar onde a única coisa permitida era obedecer – sob pena de punição mortal.

Estávamos parados numa fila. Minha mãe foi para o outro lado com a minha avó, sem nos despedirmos. Ela só acenou de longe. Nem do meu pai ela pôde se despedir. Eu e meu pai estávamos na nossa fila. E quando vi, estava quase em frente a um carrasco, um oficial, que eu não sabia quem era. Quando cheguei perto dele, vi que apenas com um aceno de dedo ele mandava cada um ir ou para o lado esquerdo ou para o lado direito. Um lado levaria à câmara de gás e o outro lado seria para sobreviver - só que eu não sabia qual lado correspondia ao quê.

Quando parei em frente a este carrasco, primeiro tive de olhá-lo e baixar a cabeça. Não era permitido olhar para os alemães de frente. Ele me perguntou: "Você entende alemão?". Eu disse que sim - "*Jawohl*". Então ele perguntou a minha idade. Respondi que tinha dezoito anos - lembrando o que me havia sido dito pelo *Kanada*, quando saltei do vagão. Ele me olhou, fez um gesto e me vi junto de meu pai. Este oficial, eu fui saber depois, era Mengele, o 'Anjo da Morte' de Auschwitz.

Meu pai perguntou para um guarda SS que estava tomando conta de nós onde estavam as mulheres. O SS respondeu em bom tom, como se estivesse falando com um amigo: "Amanhã você vai vê-las".

Mas não foi isso que aconteceu. Na verdade as mulheres também haviam sido selecionadas, e uma parte foi para a câmara de gás. Aliás, era de praxe dois terços de cada transporte ser levado para a câmara de gás. Minha mãe já estava muito magra, e além disso ela estava com a minha avó que, além de magra, era mais idosa, e com certeza não sobreviveram. Depois da guerra fiz de tudo para achá-la. Mesmo em Auschwitz eu vi mulheres que tinham chegado no mesmo transporte que nós e ninguém viu



minha mãe dentro do campo. Com certeza ela foi levada para a câmara de gás e queimada no crematório (LAKS citado por LEVY, 1996, p. 376-377).

Após essa perda da mãe já na seleção, pai e filho procuraram permanecer sempre juntos, e assim seguiram na luta pela sobrevivência nos campos de concentração, testemunhando as atrocidades do sistema concentracionário nazista:

Ainda no primeiro dia, quando nós estávamos na fila da contagem, apareceu o Mengele junto com mais alguns oficiais. Dirigiu-se ao *Kapo*, que só vivia batendo em nós, e perguntou-lhe se havia entre os prisioneiros alguns que fossem parentes. De preferência gêmeos. Irmãos, pai e filho, primos, teriam de sair da fila. Meu pai me disse para não sair da fila e ficar quieto. E nós não saímos. Havia alguns com grau de parentesco que saíram da fila e nunca mais apareceram. Depois da guerra, eu soube que o Mengele fazia experiências, e graças à intuição do meu pai nós nos salvamos (LAKS citado por LEVY, 1996, p. 384).

A vida de Aleksander Henryk Laks ficou marcada mesmo a partir das palavras de seu pai, ditas em meio à marcha da morte, na transferência de prisioneiros entre campos de concentração:

Ele [meu pai] também me disse: “Olha, se você sobreviver, nunca deixe de contar tudo o que aconteceu conosco. Não deixe de contar, mesmo se muita gente não acreditar. De fato, não entra na cabeça de ninguém que uma coisa dessas possa acontecer com alguém; que o homem possa ser tão baixo, para fazer isso com outro homem. Mas, você conta. Você conta, não importa se acreditem ou não. Você sempre conta, e sempre diz o que aconteceu” (LAKS citado por LEVY, 2014, p.89).

A marcha da morte os conduziu até o campo de concentração de Flossenbürg, onde faleceu Jacob Laks. Mas aquelas palavras serviram para dar direção e sentido à sobrevivência de seu filho, o único remanescente da família.

Anos depois, já se sentindo brasileiro, apesar de ter nascido na Polônia, Aleksander Laks passou a relatar a sua história. E o fez com o êxito de quem conseguia estabelecer vínculos de empatia com seus ouvintes. Conseguiu, assim, instruir jovens e adultos, da comunidade judaica e da comunidade maior, quanto à vida das vítimas do nazi-fascismo. Nessa sua dedicação,



presidiu durante anos a *Sherit Hapleitá* (Associação Cultural e Beneficente Sobreviventes do Nazismo), do Rio de Janeiro, prestou depoimentos, lançou livros e, por essa sua luta incansável, recebeu diversas homenagens. Em julho de 2015, Aleksander Henryk Laks falece no Rio de Janeiro, tendo cumprido sua missão advinda do legado de seu pai – contar. Seus relatos formaram o seu legado. Seria esta uma missão somente dele?

Conclusões

Por meio das narrativas dos sobreviventes, que ilustram caminhos diversos vividos nas separações, apreendemos suas memórias individuais, passíveis de serem pontos de aderência na memória coletiva, podendo embasar relações de identidade e posicionamentos sócio- históricos na contemporaneidade. Com elas, podemos também exercitar a compreensão das dores do desmembramento familiar, com consequências traumáticas para todos os sobreviventes. As famílias nunca mais foram as mesmas e os espaços vazios só são parcialmente preenchidos por intermédio das rememorações e alusões nominativas àqueles que se foram. As narrativas de pessoas que passaram por traumas psicológicos violentos vêm muitas vezes entremeadas de emoções de embargo de si para si, e de palavras que clamam por serem emitidas, mas que não encontram formalização no enunciador. A escuta crível e empática possibilita o deslanchar da expressão, e do encadeamento memória-identidade.

O tempo de elaboração frente ao trauma é variável em cada pessoa. Mas, em se tratando de uma tragédia contra o povo judeu, os traumas pessoais são também traumas coletivos e suas fendas na memória de cada um remetem à dor pessoal e coletiva, retomando a questão milenar do significado da identidade judaica, seja individualmente, seja para a coletividade judaica e para a comunidade maior. Na reconstrução individual e coletiva, a memória entra contornando limites de identidade e de função social, influenciando as relações com os outros, seja macro ou microssocialmente.

Aos sobreviventes restou a difícil tarefa de refazerem suas vidas e vivenciarem novos papéis parentais ao constituírem as suas próprias famílias, após a sobrevivência. Bruno Bettelheim ([1987]/[19--]), a partir de sua condição de pai, registrou sua preocupação para com a condição peculiar dos filhos de sobreviventes do Holocausto: como lidar com essa história de modo a não constrange-los por falar demais ou de menos? Ou seja, como minorar os riscos da retransmissão do trauma para as gerações seguintes? Essa é uma pergunta que segue sem uma resposta definitiva. Mais uma vez, aqui, não há regras ou prognósticos cabais: cada sobrevivente e cada filho de sobrevivente lidou e lidam de uma forma peculiar com a história da *Shoah* tão próxima a si. A busca de compreensão, no entanto, em vez do julgamento e tentativas de



enquadramento e categorização, são ainda as bases mais profícuas para a busca de acomodação daquelas informações e vivências que buscam palavras que lhes deem um lugar em nossas mentes.

* Este artigo recebeu, na pesquisa e na escrita, apoio da CAPES.

** **Sofia Débora Levy** é Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Referências

BETTELHEIM, Bruno. *Uma vida para seu filho*. Trad. Maura Sardinha e Maria Helena Geordane. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivência e outros estudos*. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GLASMAN, Jane B. de. *À luz da Menorá: introdução à cultura judaica*. Rio de Janeiro: Edição da Autora, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.

KENEALLY, Thomas. *A lista de Schindler*. Tati Moraes. Rio de Janeiro: Record, 1994.

KLÜGER, Ruth. *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*. Trad. Irene Aron. São Paulo: 34, 2005.

LEVY, Sofia Débora. *Repensando o Ser: uma análise metaprocessual dos relatos de sobreviventes do Holocausto*. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. (Dissertação).

LEVY, Sofia Debora. *Holocausto: vivência e retransmissão*. São Paulo: Perspectiva/Conib, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3: 3-15, Rio de Janeiro: FGV, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10: 200-215. Rio de Janeiro, 1992.

ROZENBERG, Samuel. *Codiname Paul Allain: memórias de um sobrevivente do Holocausto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.



Arquivo Maaravi

Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG
ISSN: 1982-3053

STYRON, William. *A escolha de Sofia*. Trad. Vera Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Record, 1979.

WIESENTHAL, Simon. *O caçador de nazistas*. Eloíse de Vylder. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.